

PRÁXIS-COLETIVODE EDUCAÇÃO POPULAR: AUTOGESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Marcos Britto Corrêa -UFSM
Matheus Machado Hirtz – UFSM
email: matheus.hirtz@hotmail.com.
Alith Moura de Freitas – UFSM
email: alithfreitas@yahoo.com.br

Eixo: 8. Contribuições dos Movimentos Sociais para a educação dos trabalhadores: crianças, jovens, adultos e idosos (espaços formais e não formais)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar as atividades do Práxis Coletivo Popular, seu caráter é, buscar os preceitos da gestão democrática para desta forma construir ações que nos permitam superar a lógica de educação tradicional que faz com que os indivíduos se tornem apenas objetos do sistema econômico excludente. Sendo assim, defende-se que todos os sujeitos são responsáveis pela construção de um conhecimento democrático, solidário, inclusivo e libertário. Este movimento vem buscando os mesmos ideais que são referência na América Latina no que tange a Educação Popular e em especial, na formação e organização da classe trabalhadora.

Palavras Chaves: Educação Popular, Práxis, Trabalhadores, Movimento Social.

Introdução:

Tendo em vista o que acontece na sociedade moderna, no que tange a exclusão e elitização do ensino superior ou a dificuldade de acesso a ele, fatídico é o momento que nos encontramos e quão individuais tornamo-nos em função de concepções econômicas, que por sua vez influenciam diretamente no mundo do trabalho e na escola, levando-nos ao individualismo. Buscar alternativas que possam trazer outra perspectiva para a mudança social torna-se algo utópico para os olhos dos sem esperança, mas acaba por vir a ser algo realizável para quem busca construir um novo futuro e a quem percebe o avanço que se tem acompanhado, e vem subindo pequenos degraus na busca de uma mudança social.

Os movimentos sociais hoje não somente no Brasil, mas em boa parte da América latina, contribuem para a organização popular e dos indivíduos, fortalecendo também a solidariedade e criando novas perspectivas de mudança nos rumos da sociedade contemporânea. Podemos encontrá-los carregando muitas bandeiras de diversos sentidos ou de diferentes contribuições sócio/políticas. Permitindo a população uma maior visibilidade para os problemas próximos, pois parte do pressuposto que o trabalho na comunidade deve ter sua inserção junto e em constante diálogo com os

moradores; portanto a comunidade é protagonista ou coadjuvante das ações. Levando assim a apontar soluções para os problemas, podendo estes ser resolvidos com mais agilidade. Fomentar nos indivíduos a noção de coletividade e organização política, leva a sociedade a perceber que muito se pode construir partindo apenas destes pressuposto para chegar a um bem comum.

Durante o período da ditadura civil militar no Brasil, estes que buscavam uma nova alternativa de organização social foram, proibidos, cassados ou censurados. Os movimentos sociais neste período sentiram o peso da mão de ferro do governo, que em muitos casos os levaram a desativar suas atividades militantes para salvar suas vidas e proteger amigos e familiares. Antecedido por um período conturbado no Brasil e com ares de efervescência no bloco capitalista/comunista, o País dizia-se manter a neutralidade em função da estrutura política e social da América Latina, que encontrava-se em constante movimento e tensão, após a revolução cubana e durante a guerra fria, a vinda do então ministro da indústria de Cuba ao Brasil para ser condecorado pelo presidente Janio Quadros com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, acarretaram logo então o afastamento do Presidente. Uma viagem do então presidente João Goulart à República Popular da China, fez com que os militares o acusassem de ser comunista e a primeira tentativa do golpe foi executada, sem sucesso em 1961. Logo em 1964 os militares obtiveram êxito e tomaram o poder no Brasil, encabeçados pelo imperialismo norte-americano que já visava a América Latina como solo de prosperidade. Golpes como os ocorridos no Brasil, aconteceram também em boa parte da América Latina, em especial no Chile (1973) e na Argentina (1976).

Após a redemocratização do país que permeia a década de 80, os movimentos sociais voltam a agitar suas bandeiras com a sociedade. O poder é conquistado pelo povo com a democracia representativa, mas ainda não era e não é o suficiente para a satisfação popular. Estas bandeiras que ontem estavam guardadas agitam-se com mais intensidade na década de 90, impulsionando o impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, acusado de corrupção e golpes fraudulentos contra o estado.

Problemas estruturais, governamentais e sociais não condizem com uma terra fértil, com enorme diversidade cultural e inúmeras riquezas naturais. Tais problemas tornam um tanto quanto conturbado o Brasil neste período. O fato de estar em organização e ser uma jovem democracia parlamentar representativa levam-no a enfrentar uma conjuntura de falta de habitação, assim com de terras para o campo, pois ainda se privilegia os latifúndios agroexportadores, as multinacionais, deixando por sua

vez, o país inflacionado e estagnado na economia que privilegia os donos do capital. Logo com a chegada do presidente Fernando Henrique Cardoso o país passou por grandes transformações com a troca da moeda nacional e a ideologia de uma política neoliberal, assim privatizações e a entrada massiva do capital estrangeiro submetendo a indústria nacional a um significativo declínio, tornam ainda mais agravante no Brasil a miséria das classes populares.

Muitas são as pastorais, os trabalhadores organizados tanto das fábricas como do campo, os movimentos sociais que sonham por um Brasil dos brasileiros organizando o campo com a cidade, a educação com a economia, traçando assim, caminhos de maior liberdade e respeito entre as pessoas. Encontramos organizações populares que tentam dar subsídio e formação aos trabalhados por meio da Educação Popular.

O Práxis Coletivo de Educação Popular (PCEP) se define como um movimento social que existe em Santa Maria a mais de doze anos, na busca efetiva de pesquisar, criar e aplicar metodologias de ensino ligadas a Educação Popular.

MOVIMENTO PRÁXIS: ESTUDANTES E TRABALHADORES

O Práxis - Coletivo de Educação Popular é um movimento social criado por um grupo de estudantes em 1999, em Santa Maria - RS. Suas linhas de atuação iniciais são pesquisa, criação e experimentação de *práxis* ligadas a Educação Popular, articulando setores das universidades, trabalhadores e organizações populares (OLIVEIRA, 2008).

Não há como tratarmos de sua história sem falarmos do contexto do Movimento Estudantil (ME) na década de 1990. Este período caracterizou-se pelo enfraquecimento dos movimentos sociais populares e pelas escolhas sócio/políticas dos governos vigentes na época. Tal contexto foi marcado por discussões acirradas acerca do neoliberalismo e onde as organizações populares procuravam apontar alternativas.

É neste cenário que um grupo de estudantes da UFSM e da UNIFRA organizaram-se com o intuito de pensar novos meios para o desenvolvimento de ações políticas. Neste processo, tomaram a Extensão Universitária e a Educação Popular como estratégias para o amadurecimento de alternativas.

Observa-se, assim, um laço com teorias políticas e pedagógicas libertárias, que definem suas posições e que mostram sua diferenciação em ser um movimento que prima por uma formação cultural emancipatória, capaz de proporcionar uma maior consciência para a transformação da sociedade.

Em 2000, o Práxis criou um Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão no formato de um Pré-vestibular Popular na UFSM . Ao mesmo tempo empreendeu ações junto a Associação dos Catadores do Lixão da Vila Caturrita, através da construção de um Galpão de Reciclagem. Tais iniciativas guardavam a particularidade de apostar em estratégias autogestionárias e de práticas e metodologias dialógicas ou não – diretivas.

Ao longo de seus mais de doze anos, é natural que este grupo tenha passado por mudanças, pois se trata de um tempo em que a conjuntura político/social do País mudou substancialmente. O neoliberalismo radical e propostas como a ALCA perderam o grande espaço e o “mal” a ser combatido agora é mais difuso e difícil de perceber.

Neste contexto, e em decorrência do grande fluxo de educadores que compunham o Coletivo desde sua coordenação, algumas das lutas tiveram um significativo declínio, levando-o em alguns anos a resumir suas atividades apenas ao Pré-vestibular. Assim, espaços de discussão sobre Educação Popular, autogestão e o diálogo com outros movimentos sociais atrofiaram .

A partir de 2010, o Práxis passa por uma retomada de seus fundamentos, apostando em ações relacionadas à formação de educadores populares e na importância do poder público neste processo; e de uma relação mais próxima e orgânica com os movimentos sociais da região.

Este processo se caracteriza, sobretudo, por três eixos: 1) resgate da discussão relacionada à Educação Básica e da formação de educadores, deflagrado em 2010; 2) retomada da autogestão em suas estratégias de organização, a partir de 2011; 3) articulação com movimentos sociais populares e esferas do poder público, construídas em 2012.

Desde 2010 o movimento desenvolve atividades junto as Escolas Prisionais de Santa Maria. A particularidade do público trouxe novamente ao grupo a necessidade de problematização da prática didática e, assim, da própria formação de educadores nas universidades e de novas estratégias de inserção da educação popular nas escolas públicas.

Este processo teve como desdobramento uma inflexão em suas estratégias internas de organização e formação. Assim, percebemos hoje um resgate da autogestão, materializada em Grupos de Trabalho por Área do Conhecimento ou Temáticos, subordinados a uma Assembleia Geral, que viabilizam além do pré-vestibular, outras ações.

Quanto ao terceiro eixo, observamos iniciativas relacionadas à discussão com movimentos populares e políticas públicas: 1) a Educação Indígena; 2) Cultura afro-brasileira; 3) formação de educadores para ações em programas que qualificam a relação entre cultura popular e ensino formal.

A este respeito, diante da Lei 11.645 de 2008 e, principalmente, considerando a história dos povos indígenas, em 2012 o movimento empreendeu uma parceria com o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN). Atualmente o Práxis acompanha a implementação da primeira Escola Indígena de Santa Maria.

Em perspectiva semelhante, considerando o que denotam as leis 10. 639/03 e 11.645/08 sobre o ensino da História da África, em parceria com o Museu Treze de Maio, o Práxis desenvolve atualmente um projeto de produção de materiais paradidáticos regionalizados. Estes têm por objetivo auxiliar as escolas na implementação da referida lei .

Ainda dentro desta dimensão, em 2012, o movimento empreendeu uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria e a Secretaria Estadual de Educação, através da 8ª Coordenadoria Regional de Educação. Esta visa o desenvolvimento de formação de educadores populares para atuarem no Programa Mais Educação .

- **Autogestão como fundamento das práticas educativas voltada aos trabalhadores**

Como se percebe, ao longo dos últimos anos e em especial; no ano de 2012 o Práxis – Coletivo de Educação Popular, retoma as práticas que desde seu início são as mais relevantes no que tange a concepções educacionais que se diferenciam das tradicionais, e por sua vez, correspondem mais diretamente as demandas dos trabalhadores e do público que chega até o Coletivo. Público este que historicamente esteve fora dos bancos escolares, excluídos tanto socialmente, quanto culturalmente por uma visão eurocêntrica que acaba tornando ainda mais elitista nossas escolas.

A forma com que o Práxis está organizado visa propiciar aos participantes, um espaço democrático e autogestionado, onde, coletivamente educadores e educandos constroem e organizam as propostas de trabalho e gestão. Ao longo do ano de 2012 há então o resgate deste tipo de prática, onde se descentralizou a coordenação, propiciando assim, maior liberdade e participação de todos na gestão.

Isto se deu pela reconstrução coletiva do projeto, atualizando-o às demandas atuais. Sendo assim há a criação de seis microprojetos, além das práticas específicas do pré-vestibular, que fazem com que as possibilidades de criação das atividades sejam bastante amplas, podendo haver trabalhos desde a construção de uma biblioteca popular até um grupo de diversidade, que discute a implantação e ampliação da lei 11.645 de 2008. A grande abertura de possibilidades gera no Coletivo alguns tencionamentos no que diz respeito às prioridades a serem elencadas, no entanto o que define as decisões tomadas sempre se limita ao número de pessoas envolvidas, ou seja, os recursos humanos capazes de desenvolver qualquer que seja atividade ou micro-projeto, desde que submetido a assembléia ou a reuniões com o maior e mais diverso número de participantes.

- **Assembléias – espaço democrático, de construção coletiva e fundamental para o trabalhador**

Dentro da proposta de autogestão, as assembléias têm um papel que se refere ao desenvolvimento dos trabalhos. São nelas que, educadores, coordenadores e educandos se reúnem para tratar sobre a gestão do espaço de modo participativo e direto, e assim articular as demandas do Coletivo. Estas assembleias não acontecem de forma sistemática, com a delimitação de datas pré-definidas, elas ocorrem conforme é visível a necessidade de um encontro que seja capaz de organizar, da forma mais democrática possível, as questões que dizem respeito a todos os participantes do projeto.

Todas as assembleias que ocorreram até então foram organizadas e coordenadas pelos educandos. No Práxis existem três turmas, sendo que cada uma tem no mínimo quatro representantes na coordenação (composta por acadêmicos e educandos), assim, antes de cada assembléia a coordenação se reúne para definir as pautas que são construídas coletivamente. No momento em que todos estão reunidos no auditório, quem coordena a assembléia são os educandos. Nestes espaços é o voto da maioria que conta, tendo cada um peso igual nas decisões.

Não estamos acostumados com espaços onde as decisões sejam tomadas coletivamente, pois viemos de uma escola que sempre deu as ordens de “cima para baixo”, deixando quase nenhum poder de decisão para os alunos. Quando saímos da escola e entramos para o mundo do trabalho, seja em empresas, fábricas ou até mesmo como trabalhadores domésticos, o poder de decisão em nossas atividades ainda é menor

que nos espaços de ensino. No caso do Práxis, sendo a maior parte dos participantes trabalhadores e/ou universitários, a estranheza em ter poder de decisão e liberdade para ação, sempre gera algum tipo de tencionamento; que por sua vez demonstra o quanto nossas relações são autoritárias e antidemocráticas, nos levando em alguns casos a não conceber algo que seja diferente do tradicional.

Desde a forma de organização de nosso país, somos educados a um tipo de gestão e comportamento. Mesmo em nações ditas democráticas como a nossa, não estamos acostumados a nos organizar de forma coletiva, assim;

Quais são os deveres do cidadão da República “mais democrática” do Ocidente ou da América? Em primeiro lugar ele deve respeitar a lei; em segundo lugar, de vez em quando, em datas determinadas, deve ir a uma cabine de voto, votar por este ou aquele candidato a funções administrativas ou legislativas e isso é tudo. O resto é confiado, por procuração, “aos representantes do povo”, através das quais o capital pode facilmente dominar as massas populares. A atividade e a iniciativa pessoais das massas são supérfluas nas “verdadeiras democracias”; qualidades desse tipo ao nível das massas populares são consideradas mais nocivas do que úteis. Na medida em que o poder existe, deve-se obedecer a ele sem restrições até que novas eleições sejam livremente organizadas. (Pistrak, pág; 141)

Nesta citação, mesmo tendo sido escrita na década de 20, Pistrak demonstra algo que ainda é muito atual; isto é, a forma com que somos levados a participar o mínimo possível do poder público, das decisões públicas e principalmente, das possibilidades de organização popular. Para ele a escola deveria ser um espaço de estudo da atualidade, focando o novo homem que deveria ser formado para a conjuntura do pós Revolução Russa. Entretanto, salvo restrições acerca do período histórico e político no qual foi escrito o livro “Fundamentos da Escola do Trabalho”; no que tange a ênfase dada por ele quanto à importância da Educação e principalmente, no que diz respeito à organização e autogestão dos espaços de ensino, fica-nos claro o quanto a experiência educacional não pode ser restrita apenas a sala de aula. Para além dela e da formação

em determinados temas e disciplinas, existe a dimensão pessoal de cada educando ao estar em contato e construindo um espaço auto-gestionado; onde a ele também é possível decidir e construir.

No caso específico do Práxis, os trabalhadores que ali estão, em sua grande maioria pararam de estudar relativo tempo, entre 3 a 5 anos longe da sala de aula. Assim o sonho de estar na universidade, ter uma formação superior e com isso a possibilidade de um emprego melhor são os principais motivos que os levam a estar ali. Entretanto, para além da expectativa de preparação para o vestibular, a experiência de auto-gestão é capaz de causar modificações pessoais consideráveis em cada indivíduo. Ao longo deste ano observamos gradativamente a participação cada vez mais significativa dos educandos, podendo relatar algumas das atividades realizadas especificamente por eles:

- **Geração de renda:** Tendo em vista o preço alto cobrado para a taxa de inscrição no vestibular da Universidade Federal de Santa Maria, e a falta de condição de pagamento da mesma pela maior parte dos educandos, foi então criado um grupo de trabalho para a geração de renda. Em assembléia algumas possibilidades foram elencadas, entre elas: a construção de uma rifa, produção de comida para venda e uma Festa a ser feita em parceria com o Diretório Central dos Estudantes da UFSM. Destas possibilidades a Festa foi a única a ser concretizada.
- **Debates:** Um grupo formado por quatro educandos realizou cerca de 3 debates abertos no Práxis – Coletivo de Educação Popular ao longo do ano. Estes debates visam aproximar mais pessoas ao Coletivo e propiciar formas mais abertas de estudo e de troca de conhecimento. Os temas escolhidos partiram dos próprios educandos, sendo: Educação Popular, Governos pós neoliberalismo na América Latina e Liberdade. Estes debates ainda estarão acontecendo durante este ano.
- **Gestão do Espaço:** No Práxis disponibilizamos de uma cozinha, de computadores para acesso livre e de sala para reunião. Estes espaços por algumas vezes foram questionados por uma parte da coordenação (educadores) como sendo de uso restrito apenas para os Acadêmicos. Entretanto, nas assembléias os educandos justificaram o uso destes espaços e assim, desde então a organização e gestão tem sido feita basicamente por eles.

- **Participação em ações Populares na Cidade:** Aconteceram em Santa Maria este ano duas marchas populares e a participação do Práxis foi efetiva em grande parte pela participação dos educandos na construção destes momentos.

Quando em espaços de ensino se cria a possibilidade de construção coletiva, democrática e criativa as mudanças vão além da sala de aula, pois se podem ter experiências com a qual não estamos acostumados. Voltando a Pistrak, percebemos que o “coletivo” para ele não poderia ser visto como um espaço onde as pessoas se encontram acidentalmente, sem ligação alguma, pois ao contrário, deve ser visto de forma integral, onde todos estão juntos e unidos por objetivos dos mais diversos, porém em organização conjunta. Por isso é tão importante reconhecer os interesses do Coletivo, para que a partir deles, se posso construir a unidade. Para Pistrak:

As crianças podem ser levadas a administrar a escola financeiramente, se estiverem conscientes de que o “haver” da escola não pertence mais “à coroa”, como era o caso antigamente, mas se trata de um “haver social”, ou seja, pertencente às próprias crianças.

(Pistrak, 163).

A importância da auto-gestão para o autor era tão significativa que é vista com centralidade no cotidiano escolar; pois era neste contexto que se desenvolvia e seria aguçada a consciência política e humana. Em nosso caso específico, é a auto-gestão que nos garante o fim da evasão; que faz com que nosso educandos tenham uma visão social mais crítica e capaz de torná-los mais autônomos, seja em casa, no trabalho ou futuramente na universidade.

Assim acreditamos que enquanto Movimento Social ligado diretamente aos trabalhadores; podemos perceber que a participação em espaços coletivos faz com que seja difundida a consciência de classe; social e política. Por tanto os espaços de ensino não podem ficar restrito a sala de aula e ao conteúdo ministrado pelo professor, devemos levar a educação para além, onde seja possível realmente tornar as pessoas autônomas.

- **O difícil entendimento da autogestão por parte de alguns educadores**

São quase 12 anos de história na região de Santa Maria, sendo pouco menos que a totalidade deste tempo voltado a práticas pedagógicas libertárias, que buscam

diretamente o empoderamento popular a partir da autogestão e da democracia. Entretanto esta forma de organização, constantemente, gera alguns problemas referentes à falta de costume e prática neste tipo de gestão, levando o Práxis a sofrer dos mesmos problemas que a Cooperativa Educacional Multidisciplinar de Bauru – Ensinaiva:

Um desses problemas encontrava-se no fato de que na Ensinaiva havia cooperados que demonstravam ausência de compromisso para com o projeto da cooperativa, faltando às assembleias e reuniões ou estando presentes, sem contudo envolverem-se nas discussões. Esse fato era um dos desafios para a construção da democracia internas.[...].

Neste ano podemos perceber este tipo de tencionamento mais claramente no Coletivo; pois ao longo dos últimos anos, estivemos centralizados em uma coordenação que pouco se preocupava com o estudo e aprofundamento de questões voltadas à Educação Popular e Auto-gestão; haviam poucas decisões do Coletivo construídas em conjunto com os educandos. Assim as práticas historicamente diferenciadas do Práxis, foram deixando espaço para que ideologias tradicionais prevalecessem e tornassem problemas como a evasão algo ainda maior durante estes anos.

Desta forma, a partir das mudanças de organização que o Práxis – Coletivo de Educação Popular vem sofrendo, sendo focada às questões de auto-gestão, fica claro o quanto não estamos acostumados a argumentar democraticamente, nem a usar a liberdade da forma mais apropriada. Isso é percebido com a falta de muitos dos coordenadores às assembleias; na maioria das vezes alegando não serem importantes ou que o espaço refletia apenas “bagunça” e desordem; percebe-se também na forma como o trabalho é feito por alguns, sem a devida responsabilidade necessária, causando muitas vezes a falta de educadores em aula.

Dentro deste processo de mudança, muitos educadores se afastaram denotando exatamente o que é tratado acima, no entanto ao longo das atividades percebe-se o maior entendimento da proposta e a aproximação por parte das pessoas que mais se envolvem com o projeto. Esta falta de compreensão ou de envolvimento por parte de alguns educadores acaba por dificultar algumas ações mais democráticas, o que gera muitas vezes disputas, tanto por criticar as práticas diferenciadas em educação do Práxis

ou até por acreditarem que os educandos não deveriam ter a liberdade e o poder de decisão que tem dentro do Coletivo.

Todos os tipos de tencionamentos que encontramos no Práxis – Coletivo de Educação Popular, seja em relação à ideologia, seja por falta de entendimento ou até por não estarmos acostumados com espaços auto-gestionados, nos fazem trabalhar com mais afinco para que este tipo de prática seja mais difundida e estudada. Portanto acreditamos que a auto-gestão, que caracteriza uma participação dos educandos que não se limita a sala de aula, leva-os há compreenderem-se como sujeitos políticos, sociais e acima de tudo autônomos. Por fim, dentro de um pré-vestibular popular, onde se busca principalmente a aprovação em um curso superior percebe-se uma grande mudança de postura dos trabalhadores que ali estão, porquanto percebem-se enquanto classe, percebem-se ainda mais enquanto fundamentais nos processos de trabalho e assim, o empoderamento e a capacidade critica em relação a exploração da mão pelo qual passam.

Conclusão

Dentro da atual conjuntura em que vivemos e ao longo do que historicamente vem sendo constituído como proposta para a educação das classes populares podemos perceber um grande distanciamento da escola tradicional referente às verdadeiras demandas de formação humana, cultural e social que os trabalhadores buscam e merecem. Isso se reflete em uma escola elitista que privilegia uma visão hegemônica de mundo, ditada pela visão das classes que detém o capital. Esta abordagem transforma a escola em um espaço voltado apenas a formação de mão de obra para o mercado de trabalho, distorcendo como bem mostra Frigotto(2010) uma relação natural do ser humano, que passa então a apenas vender a sua força de trabalho ao capitalista.

Nesta perspectiva procuramos pensar a Educação, não como uma forma de educar as pessoas para que sirvam diretamente para manter e movimentar a economia e um *status quo* excludente e sectário no qual vivemos. Buscamos com este projeto definir propostas de educação que superem a simples “funcionalidade e utilidade no corpo social”(Corrêa, 2006) de cada indivíduo.

Com esta abordagem acreditamos na autogestão e na democracia com sendo as principais formas para modificar nossa Educação. Ao nos apropriamos de práticas e teorias ligadas a Educação Popular, estamos resgatando lutas que foram e são fundamentais para a classe trabalhadora. Porém com um histórico de mais de 12 anos de

experiência percebemos o quanto estas experiências diferenciadas são difíceis de serem construídas, seja pela falta de entendimento de educadores e educandos ou pela inculcação que recebemos de um modelo de escola, que por sua vez, acaba por definir nossa forma de entendermos a Educação.

Bibliografia:

PISTRAK, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. tad; Daniel Aarão Reis Filho – 3ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio . **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista**. 9ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

CORRÊA. Guilherme Carlos. **Educação, comunicação, anarquia: procedência da sociedade de controle no Brasil**. – São Paulo: Cortez, 2006.

[-http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=4206](http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=4206)

[-http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/fora-collor/](http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/fora-collor/)

[-http://www.revistacontemporaneos.com.br/n7/artigos/marco-alexandre-as-decadas-de-80-e-90.PDF](http://www.revistacontemporaneos.com.br/n7/artigos/marco-alexandre-as-decadas-de-80-e-90.PDF)